

SUMÁRIO

1. Carta de boas vindas do secretariado.....	2
2. O Conselho de Segurança das Nações Unidas.....	4
2.1 Estrutura organizacional do Comitê.....	4
2.2 O Histórico institucional do Comitê.....	4
2.3 Competência do Conselho para realização de ações.....	6
3. A Guerra do Iraque.....	8
3.1. Antecedentes do Conflito.....	8
3.1.1. A Guerra do Golfo.....	8
3.1.2. 11 de setembro de 2001.....	10
3.1.3. Formação da Al Qaeda, do Talibã e de outros grupos extremistas.....	13
3.1.4. A questão dos Curdos e os genocídios no Iraque.....	16
3.2. Resoluções prévias do Conselho de Segurança.....	19
3.2.1. Resumo rápido das 17 resoluções.....	19
3.2.2. Convenções sobre Armas Químicas e Nucleares.....	21
3.2.3. Receio estadunidense quanto ao cumprimento das resoluções.....	23
3.2.4. Ida de observadores da ONU ao Iraque para supervisão de destruição de armamentos.....	24
4. Perspectivas e objetivos da reunião.....	25



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

1. Carta de Boas Vindas (Carta do Secretariado)

É com extrema satisfação que mais um passo é dado na consolidação da cultura de simulações “modelos das Nações Unidas” na Paraíba. Na primeira SIPEM, a palavra-chave foi “complexidade”: abordou-se o conflito árabe-israelense, visto pela academia como um dos de mais complicada resolução.

Na segunda edição, a inovação foi a diferença: um comitê para ensino médio de crise contínua do passado, mas com ecos retumbantes na mídia recente (OTAN - Guerra das Malvinas) e outro comitê de um tema “tendência”, mas abordado do ponto de vista dos países árabes, cuja contribuição é, muitas vezes, ofuscada pela disposição da política no sistema internacional (Liga dos Estados Árabes - Estado Islâmico).

No terceiro feito, o essencial foi a adaptação. Foram abordados temas de tráfico de drogas transfronteiriço (Conselho de Defesa da UNASUL), crimes e terrorismo cibernéticos (INTERPOL) e a participação do Brasil na segunda Guerra (Gabinete de Vargas). Essa edição teve como escopo a maneira com que se dá a reação a um evento de força maior, com que se adapta às mudanças contínuas que têm lugar em todos os níveis de relações e com que se resolve essas problemáticas.

Por fim, a quarta edição é marcada pela história. Todos os comitês na discussão dos temas propostos quebraram paradigmas - e criaram muito mais. A Conferência de Paz definiu o século XX. Afinal, a I Grande Guerra é herança do século XIX e, de fato, em Paris, deu-se início ao que estudamos hoje por Século XX, que, verdade seja dita, só vale a pena ser lembrado para que não seja repetido. O Conselho de Segurança em resolução improvável, num ato político fácil de entender, mas difícil de decifrar - ou entender de verdade - definiu o século XXI: trilhões de dólares foram gastos, teve influência na crise de 2008, milhares foram mortos, a crise de migrantes e refugiados e o terrorismo têm em seus fatores constituintes uma herança da Guerra do Iraque. O Brexit e o panorama das relações comerciais, atual que seja, voltam no tempo: a globalização achou



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

na política uma limitação. Os processo de integração regional e global parecia um caminho do qual não se fugiria, nem pareceria apropriado. Se fomos dos feudos aos países e, para Kant, algum dia, iríamos chegar a uma federação mundial, esses eventos - ao lado da saída dos Estados Unidos do Acordo Transpacífico, por exemplo - põem em cheque esperanças e crenças fomentadas por uma parte importante de estudiosos e, conseqüentemente, a dinâmica mundial.

A história não segue uma linearidade de casuística exata: são momentos específicos dela que a definem. Um slogan presente na propaganda das simulações de uma maneira geral é o de que o estudante possa “reescrever a história”. E Raramente se viu a história tão saliente em momentos específicos. É nesse trotar que a reescritura da história não precisa ser feita no passado, mas a mera mudança de rumo das correntes atuais podem reescrever um destino - catastrófico, como pensamos que tudo nessa vida pós-moderna é. Tendo isso em mente, o Secretariado da IV Simulação Paraibana de Ensino Médio deseja as boas vindas e uma ótima experiência.

Saudações Modeleiras

O Secretariado



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

2. Conselho de Segurança das Nações Unidas

2.1. Estrutura organizacional do Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança é um órgão da Organização das Nações Unidas (CSNU), o qual tem como objetivo garantir a segurança em âmbito internacional, em busca da paz. Hoje, é composto por 15 países membros, sendo 5 permanentes: Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China. Os outros 10 países são temporários, assim, cada país compõe o conselho por apenas 2 anos.

O CSNU é o único órgão das Nações Unidas capaz de adotar decisões obrigatórias para todos os seus Estados-membros. Dessa forma, para que uma resolução seja aprovada, é preciso que receba, no mínimo, maioria simples, isto é, metade dos membros presentes acrescida de um, desde que nenhum membro-permanente tenha vetado.

A eleição dos países membros temporários é feita pela Assembléia Geral da ONU anualmente renovando 50% do conselho. A cada ciclo, 5 novos países são eleitos, assumindo um mandato de 2 anos.

2.2. Histórico Institucional do Comitê

Na Conferência de Paris de 1919, o então Presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson apresentou uma proposta de segurança coletiva, que lhe foi primariamente apresentada pelo Secretário de Relações Exteriores britânico Edward Grey. Nessa tal ideia propagada, estabelecer-se-ia um sistema jurídico apoiado por todos os Estados, a fim de garantir a paz universal, como pensava Immanuel Kant, na Prússia do século XVIII. Criou-se, pois, a Liga das



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

Nações, como um mecanismo multilateral para a promoção da paz, mas que não foi capaz de prevenir um novo conflito de ordem global, tendo a sua última reunião em abril de 1946.

Ao se aproximar o fim da Segunda Guerra Mundial, percebeu-se que seria necessária a criação de uma nova agência que substituísse a já falida Liga das Nações. Destarte, assinou-se, em São Francisco, em 26 de junho de 1945, a Carta das Nações Unidas¹, acordo que formou a Organização das Nações Unidas, entidade máxima da discussão do direito internacional e fórum de relações e de entendimentos supranacionais, e que entrou em vigor a 24 de outubro.

No ano seguinte, instituiu-se uma espécie de força de segurança mundial: o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo o artigo 39² da Carta, o órgão foi designado a determinar a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fazer recomendações ou decidir que medidas devem ser tomadas. Não havendo o emprego de forças armadas, poder-se-á aplicar a interrupção completa ou parcial de relações econômicas ou de meios de comunicação, bem como o rompimento de relações diplomáticas. Sendo ou demonstrando-se inadequadas as medidas pacíficas, o Conselho de Segurança poderá levar, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais³.

Tendo em vista a emergência de sucessivos conflitos armados, o Conselho de Segurança das Nações Unidas promoveu diversas resoluções que deliberaram desde cessar-fogos até admissões de Estados à ONU. Na resolução n.º. 502⁴, por exemplo, exigiu-se a imediata cessão de hostilidades,

¹ Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf

²“ O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.” - Artigo 39 da Carta

³ No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

⁴ <http://unscr.com/en/resolutions/doc/502>



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

buscando o reestabelecimento da paz nas Ilhas Malvinas, bem como, na resolução n.º. 69⁵ de 4 de março de 1948, quando se recomendou à Assembleia Geral a concessão da adesão do Estado de Israel.

Ainda assim, os resultados das medidas aprovadas pelo Conselho podem ser catastróficos, considerando-se a resolução n.º. 82⁶, que, ao exigir a retirada de tropas norte-coreanas da Coreia do Sul, representou um catalisador para o início da Guerra da Coreia. Desse modo, entende-se o grande poder conferido ao órgão, que pode ser considerado como a entidade multilateral atual de maiores pesos político e militar.

2.3. Competência do Conselho para realização de ações

A designação do Conselho é estipular a presença de qualquer elemento que carregue um potencial para desestabilizar a paz e a segurança em âmbito internacional, realizando uma análise de sua existência e possíveis meios de contê-la. É o único órgão do sistema internacional capaz de adotar decisões obrigatórias para todos os Estados-membros da ONU que, por sua vez, devem acatá-las e implementá-las⁷, podendo inclusive autorizar intervenção militar para garantir a execução de suas resoluções. O Conselho é conhecido, também, por autorizar o desdobramento de operações de manutenção da paz e missões políticas especiais.

Todavia, a prioridade do Conselho é agir em prol de uma resolução pacífica, realizando, inicialmente, solicitações aos Estados conflitantes na busca por solucionar o problema por meio de fins que não acarretem consequências duras para seus integrantes. De início, a intenção é buscar um

⁵ <http://unscr.com/en/resolutions/doc/69>

⁶ <http://unscr.com/en/resolutions/doc/82>

⁷ Artigo 25 da Carta das Nações Unidas: “Os Membros das Nações Unidas concordam em aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta.”



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

acordo com o país responsável pela ameaça. Somente em caso de inviabilidade do acordo é que será cogitada a eventual possibilidade de uma resposta mais incisiva ao país responsável pela ameaça.

Após a análise das situações controversas ou suscetíveis de provocar atritos internacionais, recomendam-se métodos para o acerto de tais controvérsias. Não sendo estes suficientes, o Conselho passa a adotar medidas de caráter mais impositivo, tais como solicitar aos Estados membros a aplicação de sanções econômicas ou outras medidas que não impliquem o uso de força, mas que sejam capazes de evitar ou deter a agressão.

Caso nenhuma das medidas anteriores se desdobre de maneira satisfatória, os Estados membros podem aprovar uma resolução na qual é empreendida uma ação militar contra um agressor. Um de seus exemplos mais conhecidos foi o ocorrido na Somália, entre 1992 e 1995, quando os EUA foram autorizados a intervir militarmente naquele país e a força de paz da ONU também interviu⁸.

A primeira manifestação da comunidade internacional sobre um direito de realização de uma “intervenção humanitária” dentro das linhas territoriais de um Estado soberano aconteceu em dezembro de 1991. Nessa data o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 688⁹, através da qual legitimava o desembarque de tropas aliadas em território iraquiano (pós-Guerra do Golfo) para prestar ajuda humanitária aos refugiados curdos (ao Norte) e xiitas (no Sul) e evitar que o governo desrespeitasse os direitos humanos no tratamento a esses grupos, que foram perseguidos pelos soldados do presidente Saddam Hussein logo após a derrota na Guerra do Golfo e a retirada das tropas iraquianas do Kuwait¹⁰.

Por fim, vale ressaltar que para o conselho aprovar uma resolução, que vale para todos os países membros da ONU, é necessária maioria simples, isto é, 9 votos favoráveis dos 15 votos possíveis,

⁸ https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4735/4735_4.PDF

⁹ <http://unscr.com/en/resolutions/doc/688>

¹⁰ PINTO, op. cit., p.103



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

sendo que somente um veto de qualquer membro permanente cancela a resolução. A abstenção ao voto não causa veto.

3. A Guerra do Iraque

3.1. Antecedentes do Conflito

3.1.1. A Guerra do Golfo

Em 1990, em meio aos escombros da Antiga Ordem Mundial, iniciava-se um dos maiores conflitos militares ocorridos no Oriente-Médio, envolvendo primeiramente o Iraque e o Kuwait. Logo depois, diversos países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, formaram uma coalizão e resolveram entrar no embate, a fim de derrotar o Iraque.

As tensões começaram quando o então presidente iraquiano, Saddam Hussein, acusou o Kuwait de praticar uma política de super-extração de petróleo, extrapolando as cotas da OPEP¹¹, causando, assim, uma queda no preço do produto no mercado internacional, prejudicando a economia do Iraque. Como se considerava fortemente lesado com tal atitude, o Governo iraquiano exigiu do Kuwait uma indenização milionária, que foi recusada. Além disso, o Iraque afirmava que uma determinada faixa de terra kuwaitiana pertencia a ele no passado, pois o Kuwait era parte da província de Basra na época da dominação do Império Otomano e o Governo iraquiano exigia tê-la de volta.

Enquanto o Iraque passava por forte recessão econômica, Saddam tentava estreitar a parceria com as nações árabes, que foram suas aliadas na guerra Irã-Iraque, sendo apoiado pelos

¹¹ O preço da commodity deveria ser de 18 dólares por barril, mas o excesso de produção pelo Kuwait e pelos Emirados Árabes Unidos fez o preço do barril cair para 10 dólares, o que representava uma perda de US\$ 7 bilhões anuais ao Iraque.



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

Estados Unidos, uma vez que desejavam ter mais influência no país. Entretanto, a repressão de minorias¹² no território iraquiano fez os EUA mudarem sua postura, criticando a situação dos Direitos Humanos no país, já conhecido por torturas e massacres¹³.

Com a persistência kuwaitiana, não respeitando as cotas de produção de petróleo, Saddam Hussein ameaçou usar suas forças militares. No dia 2 agosto de 1990, deu-se a invasão do Kuwait por tropas iraquianas, que tomaram os poços de petróleo. Com esse acontecimento, inicia-se, de fato, a chamada Guerra do Golfo, e o Iraque, com um total aproximado de um milhão de soldados, facilmente derrotou as forças inimigas. A família real kuwaitiana fugiu de seu território e foi abrigada na Arábia Saudita, deixando o caminho livre para a posterior anexação do Kuwait, nos seis meses seguintes, tornando-se a 19ª província iraquiana.

A este ponto, com o Golfo Pérsico fechado e a insegurança na região árabe, aumentava-se a pressão sobre a ONU para tomar medidas mais efetivas.

Dessa forma, o Conselho de Segurança das Nações Unidas se reuniu em emergência, aprovando a resolução 660¹⁴, que condena a invasão e exigia a retirada das tropas iraquianas do território do Kuwait. Uma resolução própria foi aprovada pela Liga Árabe, instando que o problema fosse resolvido dentro da liga, sem interferência externa¹⁵. Em 6 de agosto, foi aprovado o embargo comercial e financeiro ao Iraque. Finalmente, em 29 de novembro, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 678¹⁶, dando um prazo ao Iraque, até o dia 15 de janeiro do ano seguinte, para retirar suas tropas do Kuwait, caso contrário, a Coalizão Internacional estava autorizada a utilizar “todos os meios necessários”, para libertar as terras kuwaitianas.

¹² <http://www.bbc.com/portuguese/especial/iraqkeymaps/page5.shtml>

¹³ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2003/030411_procuradosrg1.shtml

¹⁴ <http://unscr.com/en/resolutions/doc/660>

¹⁵ <https://groundviewunlocked.wordpress.com/2016/02/07/the-arab-leagues-involvement-in-the-gulf-war-1990-1991/>

¹⁶ <http://unscr.com/en/resolutions/doc/678>



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

Em meio à guerra e a sua situação delicada, Saddam Hussein ataca Israel, tentando receber o apoio das Nações Árabes, que estariam do lado iraquiano, caso Israel contra-atacasse, o que não ocorreu. Assim, Hussein acabou sem o apoio que buscava.

Como todas as tentativas de paz fracassaram, as forças da Coalizão lançaram uma enorme campanha aérea contra o Iraque, iniciando, assim a Operação Desert Storm¹⁷. No dia 17 de janeiro, iniciava-se um enorme ataque aéreo, liderado pelos EUA, deixando o Iraque destruído em pouco tempo. Um mês após a invasão, o Iraque desistiu e devolveu o Kuwait. Em 28 de fevereiro de 1991, o presidente americano George Bush anunciou um cessar fogo, que só foi aceito por Hussein, com ressalvas, em abril do mesmo ano.

Uma grande onda de ódio contra os EUA começou a se espalhar e ganhar força no mundo árabe, devido à invasão ao território iraquiano, quando a Liga Árabe queria resolver os conflitos internamente.

A Guerra do Golfo também foi marcada pelo “ecoterror” por parte iraquiana, quando incendiaram poços de petróleo, que foi derramado no Golfo Pérsico, destruindo a vida marinha na região. Além disso, o conflito teve cobertura total da mídia, sendo o primeiro com transmissões, muitas vezes ao vivo, dos bombardeios e das destruições.

3.1.2. 11 de setembro de 2001

O pensamento acerca de um ataque terrorista aos Estados Unidos veio de Khalid Sheikh Mohammed¹⁸, que apresentou a Osama bin Laden em 1996, mas, devido à mudança da Al Qaeda entre Sudão e Afeganistão, o plano foi adiado. Em 1998, ataques terroristas a embaixadas

¹⁷ A Operação *Desert Storm* foi comandada pelo general americano Norman Schwarzkopf, quando mísseis e outras armas de alta tecnologia foram lançados contra alvos militares no Iraque, destruindo a defesa aérea, as comunicações, os prédios do Governo, as refinarias de petróleo, além de estradas e pontes.

¹⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Khalid_Sheikh_Mohammed



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

americanas revelaram um novo foco de atenção do grupo direcionado a atacar os Estados Unidos, intenção alertada ao Presidente pela CIA em dezembro, já com a informação de um suposto sequestro de aviões.

O vice de Bin Laden, Mohammed Atef, prestou, então, apoio operacional ao projeto, escolhendo destinos e discutindo alvos com o líder. Os primeiros selecionados para a operação foram Nawaf al-Hazmi e Khalid al-Mihdhar, que terminaram por servir como seqüestradores secundários, posto que mal falavam inglês e tinham pouca experiência de voo. Por fim, um grupo da célula de Hamburgo, Alemanha, chegou ao Afeganistão, destinando posteriormente aos Estados Unidos Mohammed Atta (líder dos seqüestradores), Hani Hanjour, Marwan al-Shehhi e Ziad Jarrah¹⁹.

No dia 11 de setembro de 2001, quatro aviões comerciais foram sequestrados, dentre os quais dois colidiram intencionalmente contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial World Trade Center, matando todos os passageiros e algumas pessoas que trabalhavam no edifício, no momento do impacto. Um outro avião colidiu contra a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, na Virgínia, o Pentágono, ao passo que o último voo caiu nos arredores de Shanksville, Pensilvânia, depois da tentativa de retomar o controle da aeronave por passageiros e por tripulantes. Não houve, portanto, qualquer sobrevivente dos voos.

Dentre os motivos para os ataques, estão a presença americana na Arábia Saudita, o apoio a Israel pelos Estados Unidos e as sanções contra o Iraque, como foi dito explicitamente por Bin Laden na “Carta para a América”²⁰, em 2002. No manifesto, o líder terrorista aponta culpa americana na inanição aos muçulmanos iraquianos, culminando na morte de 1.5 milhão de crianças, enquanto não se mostrou nenhuma preocupação por parte dos aplicadores das sanções.

¹⁹19

<http://www.nytimes.com/2002/09/10/world/threats-responses-pieces-puzzle-plotters-path-us-stop-bin-laden-camp.html>

²⁰ <https://www.theguardian.com/world/2002/nov/24/theobserver>



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

Anteriormente, ainda no fatwã de 1998²¹, a Al Qaeda usou como motivo para matar estadunidenses as sanções contra o Iraque:

“Apesar da grande devastação infligida ao povo iraquiano pela aliança cruzado-sionista, e apesar do grande número de pessoas mortas, que ultrapassou um milhão... Apesar de tudo isso, os americanos estão mais uma vez contra a tentativa de repetir os massacres horrendos, como se eles não se contentassem com o bloqueio prolongado imposto após a guerra feroz ou a fragmentação e destruição. [...] Com base nisso, e em conformidade com a ordem de Alá, emitimos a fatwa que se segue para todos os muçulmanos: A decisão de matar os americanos e seus aliados - civis e militares - é um dever individual de todo muçulmano que pode fazê-lo em qualquer país em que seja possível, [...]”

Segundo o alto oficial Stephen Cambone, horas após os ataques, o Secretário da Defesa Donald Rumsfeld emitiu uma rápida ordem para a procura de evidências do envolvimento do Iraque no ocorrido: “Melhor informação rápida. Julgo ser boa o suficiente para atacar S.H. ao mesmo tempo. Não apenas UBL”, referindo-se a Saddam Hussein e a Osama Bin Laden, respectivamente²². No dia seguinte, o conselho da Organização do Tratado do Atlântico Norte julgou os ataques como um ataque a todos os países-membros²³, conforme o artigo 5º. da Carta da Organização²⁴. Três dias

²¹ <https://fas.org/irp/world/para/docs/980223-fatwa.htm>

²² <http://www.cbsnews.com/news/plans-for-iraq-attack-began-on-9-11/>

²³ <http://www.nato.int/docu/pr/2001/p01-124e.htm>

²⁴ “As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

após os choques, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma resolução conjunta chamada "Autorização para o Uso da Força Militar Contra os Terroristas", para autorizar o Presidente a lutar contra terroristas e nações que os abriguem²⁵.

Globalmente, as nações aliadas aos americanos prestaram apoio e solidariedade, bem como a maioria dos líderes do Oriente Médio e do Afeganistão condenaram os ataques. Entretanto, o Iraque emitiu uma declaração oficial imediata: "os cowboys americanos estão colhendo os frutos de seus crimes contra a humanidade". De mesmo modo, apesar do governo saudita ter oficialmente condenado os ataques, uma parcela da população apoiavam a causa de Bin Laden²⁶.

Diante do quadro instalado, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1386²⁷, condenando os ataques, mostrando condolências às vítimas estadunidenses e suas famílias, evocando os Estados a trabalhar juntos para buscar justiça, evocou esforços redobrados para prevenir e suprimir atos terroristas²⁸. Ademais, expressou sua prontidão em tomar todos os passos necessários para responder aos ataques e para combater todas as formas de terrorismo, em concordância com a Carta das Nações Unidas.

3.1.3. Formação da Al Qaeda, do Talibã e de outros grupos extremistas

A Al-Qaeda tem sua origem a partir da invasão soviética ao Afeganistão, no ano de 1979, tendo seu berço na Maktab al-Khadamat (MAK), organização cujos fundos eram majoritariamente provenientes de milionários islâmicos. Todavia, a organização era apoiada por governos como o do

Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais." - Artigo 5º da Carta da Organização

²⁵ <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ40/pdf/PLAW-107publ40.pdf>

²⁶ <http://www.vanityfair.com/news/2011/08/9-11-2011-201108>

²⁷ <http://www.un.org/press/en/2001/SC7143.doc.htm>

²⁸ Citou-se também a Resolução 1269. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/303/92/PDF/N9930392.pdf?OpenElement>



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

Paquistão e da Arábia Saudita, por meio de seus serviços de inteligência, além de, controversamente, receber um apoio velado dos Estados Unidos.

Estima-se que os serviços de espionagem do Paquistão (ISI, por sua sigla em inglês), coordenaram a intermediação de fundos, armas e treinamento militar para os muhajedins²⁹ que, em 1989, deram origem, sob a liderança de Osama Bin-Laden, ao grupo conhecido como Al-Qaeda (“A Base”, em árabe). Após a retirada soviética do Afeganistão, Osama bin Laden retorna para a Arábia Saudita.

A invasão e ocupação do Kuwait pelo Iraque em 1990 levou o governo americano a enviar suas tropas em coligação para a Arábia Saudita, com o suposto intuito de expulsar as forças iraquianas. Bin Laden, que se opunha fortemente ao regime de Saddam Hussein, acusado de ter tornado o Iraque um Estado laico, ofereceu os serviços dos seus combatentes ao trono saudita do Rei Fahd, que recusou a oferta optando por permitir que forças americanas montassem acampamento em seu país. Por acreditar que a presença de estrangeiros na terra das duas mesquitas (Meca e Medina) profanaria solo sagrado, surgiu o pretexto para o “rompimento” de Bin Laden com os americanos, retirando-se para o Sudão.

Ao longo de seus cinco anos de estadia no continente africano, O líder da Al-Qaeda, após ser expulso da Arábia Saudita, comandou seus primeiros atentados contra instalações militares dos Estados Unidos. Em 1998, a organização assumiu a autoria da explosão de duas embaixadas estadunidenses, localizadas na África, causando 224 mortes. Bin Laden passou a utilizar um discurso ideológico contra os Estados Unidos, alegando que esse país realizava uma política de opressão aos mulçumanos, considerados, portanto, seus principais inimigos. Emitiu uma “fatwa” no mesmo ano, protestando contra a intervenção dos EUA em países islâmicos e seu apoio a Israel, fornecendo uma “autorização religiosa” para ações contra norte-americanos e judeus em toda parte.

²⁹ Combatente ou alguém que se empenha na luta (jihad)



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

Esta “fatwa” é amplamente considerada por especialistas em terrorismo como o documento fundador da Frente Islâmica Mundial.

No seu retorno ao Afeganistão, em 1996, depara-se com a ascensão de um novo grupo representante do poder: O Talibã (“Os estudantes”, em persa). Quando os integrantes do movimento islâmico nacionalista Talibã tomaram o poder em Cabul, os wahhabitas³⁰ viram seu sonho realizado. Todo o Afeganistão se tornaria seu campo de treino, exceção feita ao vale do Panchir, governada pelo comandante Ahmed Chah Massud, e a província do Badakhshan. O emirado islâmico afegão era especialmente maleável, em função da inexistência de uma estrutura estatal, o que convinha aos adeptos de Bin Laden.

O movimento islâmico Talibã se propunha a implantar a lei islâmica no país, desagregado pela queda do regime comunista. Era composto por jovens treinados em escolas religiosas islâmicas rurais, surgidas ao longo da década de 1980. Estas escolas haviam sido berço de militantes que lutaram contra a ocupação soviética no país. Seu governo tem-se caracterizado por uma aplicação rígida da lei islâmica. Decretos do Ministério da Virtude e Supressão do Vício impuseram leis que incluem: [1] Uma rígida segregação das mulheres. As meninas são impedidas de cursar a escola. Mulheres que trabalhavam em hospitais e escolas foram mandadas de volta para casa e obrigadas a cobrir-se dos pés à cabeça e [2] os homens são obrigados a deixar a barba crescer. A televisão está proibida, assim como a música ocidental e os jogos de azar. As salas de cinema foram fechadas e a imprensa que não foi proscrita teve que banir das páginas fotos e imagens.

As punições para qualquer tipo de transgressão incluem: açoites em praça pública para os que consumirem álcool, a amputação de membros para os culpados de roubo e morte por apedrejamento para os adúlteros.

³⁰ Movimento do islamismo sunita, geralmente descrito como ortodoxo, ultraconservador.



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

Em outubro de 1999, na Resolução 1267³¹, o Conselho de Segurança da ONU exortou o Talibã a entregar Osama bin Laden, apontado pelo governo estadunidense como mentor dos atentados contra as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia em 1998.

Após os atentados do 11 de setembro, tem início a chamada Guerra do Afeganistão opondo, inicialmente, de outubro a novembro de 2001, os Estados Unidos, com a contribuição militar da organização armada muçulmana, Aliança do Norte, e de outros países ocidentais (Reino Unido, França, Canadá e outros), ao regime Talibã. A invasão do Afeganistão, liderada pelos americanos, teve início em 7 de outubro de 2001, à revelia das Nações Unidas, que não autorizaram a invasão do país. O objetivo declarado da invasão era encontrar Osama bin Laden e outros líderes da Al-Qaeda, destruir toda a organização e remover do poder o regime Talibã, que alegadamente lhe dera apoio.

3.1.4. A questão dos Curdos e os genocídios no Iraque

A questão curda é antiga e recorrente no Oriente Médio, entretanto a solução de suas reivindicações é complexa e de difícil alcance.

A área de 500.000 km, agregando os territórios do Irã (oeste), Iraque (norte), Síria (nordeste) e Turquia (leste), denominada Curdistão, recebe esse nome por, em sua maioria, agregar a nacionalidade Curda. A população curda, de acordo com a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos³², se divide entre aproximadamente: 13 milhões na Turquia; 6,5 milhões no Irã; 4,5 milhões no Iraque; 1 milhão na Síria; 100 mil no Líbano e 700 mil em outras partes do mundo.

Os eventos da guerra entre Irã e Iraque (1980-1988) intensificaram as complicações regionais. Os curdos do Iraque, desde muito antes da década de 1980 já buscavam conquistar uma

³¹ <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1267>

³² <http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

autonomia em relação ao poder central. Contudo, o governo de Bagdá sempre teve restrições em concedê-la, já que o Curdistão é uma área de grande relevância econômica, responsável pela produção de dois terços do petróleo gerado no país.

No final desta década, com a chegada de Saddam Hussein à presidência do país, o programa de “arabização” foi incluído como principal objetivo de seu projeto nacionalista secular que primava “pela concessão de privilégios a determinados grupos, excluindo outras comunidades que estariam submetidas às fronteiras do Estado”³³.

Por volta dos anos de 1986-1987, tem início a conhecida Operação Anfal (“Espólios de Guerra”, em Árabe). Buscando resolver de maneira definitiva a problemática Curda ao norte do território iraquiano, Saddam Hussein adota a postura de extermínio completo desse grupo no meio rural. Além de campanhas ofensivas terrestres, bombardeios, deportações em massa e pelotões de fuzilamento um dos crimes que levaram Saddam Hussein a julgamento foi o uso de gás de mostarda e sarin, armas químicas que tornaram notório o líder da operação, Ali Hassan al-Majid, secretário geral do departamento norte.

“Embora a ofensiva fosse alardeada como uma missão anti-insurgência, os rebeldes curdos armados não foram, de modo algum, os únicos alvos. Saddam Hussein voltou sua ofensiva contra todo homem, mulher e criança residente nas novas áreas proibidas. E os homens curdos aprisionados foram mortos não no calor da batalha ou enquanto representavam uma ameaça militar ao regime; foram despachados em grupos para áreas remotas, onde os metralharam em execuções em massa planejadas”³⁴.

³³ (MEIHY, 2007: 140)

³⁴ (POWER, 2004: 206)



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

De acordo com a organização americana de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch (HRW), cerca de 50 mil a 100 mil pessoas morreram nos ataques realizados no período de fevereiro a setembro de 1988. O mais notório de seus casos foi, certamente, o Massacre de Halabja, em março de 1988. O ataque, conhecido como “sexta-feira sangrenta” matou entre 3.200 e 5.000 pessoas e feriu cerca de 7.000, a maioria civis. Milhares morreram de complicações e doenças congênitas nos anos seguintes ao ataque. O incidente, que foi oficialmente definido como um ato de genocídio contra o povo curdo no Iraque³⁵, foi e ainda continua sendo o maior ataque de armas químicas contra uma área com população civil na história.

O Conselho de Segurança, por meio de resoluções, como a 688 de 1991, se mostrou “gravemente preocupado” com a repressão curda no Iraque, que gerava uma grande massa de refugiados também em fronteiras internacionais ameaçando a paz e a segurança da região. Por isso, o Conselho condena a repressão no Iraque e exige que ela seja finalizada para que os curdos sejam respeitados dentro de direitos humanos e políticos, bem como os cidadãos iraquianos.

De acordo com o filósofo alemão Jürgen Habermas “o Conselho de Segurança efetivamente interveio em ‘questões internas’ de um Estado Soberano [Iraque] ao criar zonas de interdição de voo sobre o espaço aéreo iraquiano e ‘zonas de proteção’ para refugiados curdos. A proteção de uma minoria perseguida, contudo, não chegou a ser explicitamente utilizada como justificativa. (...) [na citada Resolução] as Nações Unidas recorreram ao direito de intervenção que lhes assiste em casos de ‘ameaça à segurança internacional’.”

Se até fins da década de 1980, os Estados Unidos, aliados do Iraque no conflito em oposição ao Irã, sustentaram que o uso de armas químicas foi apenas uma estratégia de guerra, esta fala não

35

http://www.upi.com/Top_News/Special/2010/03/08/1988-Kurdish-massacre-labeled-genocide/UPI-93471268062566/,



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

se manteve cerca de dez anos depois. Isto porque em 2003, com pretensões de invadir o Iraque, o país ocidental emitia um discurso inverso, resgatando a polêmica curda para fundamentar a ameaça representada por Saddam Hussein. Dessa forma, a dinâmica de interesses que direciona a região se torna bem explícita, com o interesse político estadunidense se alterando ao longo das ocorrências da década.

3.2. Resoluções prévias do Conselho de Segurança

3.2.1. Resumo rápido das 17 resoluções

Até o momento, diversas sanções foram aplicadas ao Iraque pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, desde a invasão ao Kuwait³⁶.

28 de fevereiro de 1991 – Após uma campanha de bombardeio aéreo e de uma ofensiva terrestre, as forças iraquianas abandonam o Kuwait.

3 de abril de 1991 – O Conselho de Segurança adota a Resolução 687³⁷, que impõe inúmeras obrigações ao Iraque, entre elas: o monitoramento de uma zona desmilitarizada entre o Iraque e o Kuwait; a demarcação de uma fronteira entre esses países; a documentação e desmantelamento dos programas iraquianos para desenvolver e adquirir armas de destruição em massa e de mísseis de longo alcance, através de inspeções rigorosas e sem aviso prévio em qualquer lugar do território iraquiano; o estabelecimento de um fundo de compensação para as perdas e danos causados pelo Iraque ao Kuwait e para todos os indivíduos e empresas afetados pela invasão; o estabelecimento de ações humanitárias para o trânsito de repatriação de refugiados e deslocados

³⁶ Invasão do Iraque ao Kuwait. https://pt.wikipedia.org/wiki/Invas%C3%A3o_do_Kuwait

³⁷ Resolução 687. <http://www.mideastweb.org/687.htm>



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

pelo conflito, inclusive a troca de venda de petróleo por alimentos, remédios e outros itens de uso civil; e o estabelecimento de um grupo de relatores sobre a situação dos direitos humanos no Kuwait e no Iraque.

6 de abril de 1991– O Iraque aceita os termos da Resolução 687.

18 de abril de 1991– O Iraque apresenta oficialmente a primeira declaração sobre os programas de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas), inclusive de mísseis balísticos de alcance superior a 150 km. Essa e outras declarações posteriores contém uma descrição dos programas, locais, tipos de armas desenvolvidos e pessoal envolvido (civil e militar), entre outras informações relevantes.

16 de dezembro de 1998 – A UNSCOM (Comissão Especial das Nações Unidas)³⁸ retira-se do Iraque. Os EUA e Reino Unido bombardeiam [Operação Desert Fox]³⁹ o Iraque por 4 dias consecutivos sob a justificativa de o Iraque não cumprir as resoluções do Conselho de Segurança e não cooperar com a UNSCOM.

30 de janeiro de 1999 – O Presidente do Conselho de Segurança da ONU cria um painel de revisão das relações entre as Nações Unidas e o Iraque relacionado com o desarmamento e questões sobre o atual e futuro do monitoramento contínuo e verificação das ações.

17 de dezembro de 1999 – O Conselho de Segurança aceita a recomendação do Painel de revisão das relações entre as Nações Unidas e o Iraque, e cria a UNMOVIC⁴⁰ (Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção), em substituição à UNSCOM.

8 de novembro de 2002 – Saddam Hussein, em uma carta, convidou os inspetores de armas da ONU para voltarem ao país. Posteriormente, o Conselho de Segurança emitiu a Resolução 1441⁴¹, que autoriza novas inspeções no Iraque.

³⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Especial_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas

³⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Desert_Fox

⁴⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_de_Vigil%C3%A2ncia_Verifica%C3%A7%C3%A3o_e_Inspe%C3%A7%C3%A3o

⁴¹ <http://www.un.org/Depts/unmovic/documents/1441.pdf>



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

14 de janeiro de 2003 – Membros da UNMOVIC relataram que não haviam encontrado nenhuma indicação de que o Iraque possuía armas nucleares ou um programa ativo. Alguns ex-inspetores da UNSCOM discordam sobre se era possível ter certeza se o Iraque havia renovado a produção de armas de destruição em massa.

3.2.2. Convenções sobre Armas Químicas e Nucleares.

A Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e a Destruição das Armas Químicas Existentes no Mundo é classificada na categoria de instrumentos internacionais de direito internacional que proíbe o uso de armas cujos efeitos são particularmente abomináveis. Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, o público em geral condenou o emprego de meios de guerra químicos e bacteriológicos, que foram proibidos pelo Protocolo de Genebra de 1925.¹

Em 3 de setembro de 1992, a Conferência sobre Desarmamento submeteu à Assembleia Geral das Nações Unidas o seu relatório anual, que continha o texto da Convenção sobre Armas Químicas. A Assembleia Geral aprovou a Convenção em 30 de novembro de 1992 e sua entrada em vigor ocorreu definitivamente em 29 de abril de 1997, estendendo o Protocolo de Genebra ao alcance das armas químicas e assegurando as medidas de inspeção local e verificação.

Todavia, baseada na ideia que os resultados obtidos pela química deverão ser utilizados, exclusivamente, em benefício da humanidade, a Convenção estimula e enquadra o desenvolvimento da indústria química para fins por ela não proibidos.

De uma parte, todo o Estado Parte na Convenção compromete-se, em quaisquer circunstâncias (art. I, §1º), a:

- Não desenvolver, produzir, adquirir, estocar, conservar ou transferir armas químicas;



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

- Não usar armas químicas;
- Não dar início a preparativos militares para o uso de armas químicas;
- Não ajudar, encorajar ou induzir por qualquer meio a ninguém para realizar qualquer atividade proibida pela Convenção.

De outra parte, todo Estado Parte compromete-se a destruir:

- As armas químicas, assim como as instalações de produção de armas químicas, que tenha ou possua ou que se existam em um lugar sob sua jurisdição ou controle (art. I, §§2 e 4), devendo ser essa destruição efetivada em prazo máximo de dez anos, a contar da entrada em vigor da Convenção (art. IV, §6º, e V, §8º);
- Todas as armas químicas que foram abandonadas no território de outro Estado Parte, de acordo com o Anexo da Convenção sobre Verificação (art. I, §3º).

Dessa maneira, caberá ao Tribunal Penal Internacional (TPI) julgar qualquer indivíduo ou à Corte Internacional de Justiça (CIJ) analisar qualquer Estado acusado de qualquer crime de guerra, sendo estes litígios como o uso de gases asfixiantes ou tóxicos.

Por fim, cada Estado com indústrias de caráter químico deverá se submeter, em sua forma cabível, às inspeções, às medidas de verificação e ao monitoramento de suas instalações, empreendidas pela OPAQ, Organização para a Proibição de Armas Químicas, organização internacional independente, associada às Nações Unidas. A entrada e saída de quaisquer equipamento deverá ser analisada e ter uma amostra retirada.

O Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) é um acordo de 1968 cujos objetivos são impedir o uso de materiais atômicos para fins bélicos, promover a erradicação das armas nucleares e assegurar o uso da energia nuclear apenas para fins pacíficos.



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

De maneira semelhante à Convenção de Armas Químicas, o TNP estabelece princípios de não-transferência de equipamento nuclear bélico. Os signatários não detentores de armas nucleares concordaram em não desenvolver ou adquirir esse tipo de arma, embora possam pesquisar e desenvolver a energia nuclear para fins pacíficos, desde que monitorizados por inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), sediada em Viena, na Áustria. No entanto, em 1991, descobriu-se que o Iraque estava violando o tratado, durante as inspeções da AIEA feitas após a Guerra do Golfo.

3.2.3. Receio estadunidense quanto ao cumprimento das resoluções

Entre 1991 e 1995, os inspetores da ONU descobriram um programa maciço para desenvolver armas biológicas e nucleares. Uma grande quantidade de equipamento foi confiscada e destruída, de acordo com a Convenção de 1993 sobre a Proibição das Armas Químicas e sua Destruição⁴². O Iraque, em grande medida, recusou-se a cooperar com a UNSCOM e com as suas inspeções, de acordo com o mandato estabelecido pela Resolução 687, até junho de 1992, dez meses após o prazo final, momento em que o governo iraquiano apresentou "relatórios finais e completos" sobre todos os seus programas de armas de destruição em massa. No entanto, estes relatórios eram incompletos e deficientes e, ao mesmo tempo, os inspetores da ONU eram alvo de perseguições e ameaças por parte do regime iraquiano

Em 1996, o Iraque acusou a comissão de ser uma cobertura para a espionagem dos EUA e recusou o acesso da UNSCOM a certos locais. Já em Dezembro de 1999, a UNMOVIC tomou o lugar da UNSCOM e, embora a Resolução 1284 exigisse que as equipas de inspeção concedessem "acesso imediato e incondicional a quaisquer instalações de armas", o Iraque rejeitou a resolução. A UNMOVIC não pôde enviar inspeções para o Iraque até novembro de 2002, após a aprovação da Resolução 1441.

⁴² <https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/5yblcz.htm>



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

Sendo assim, o governo estadunidense teme que Saddam Hussein não destrua o que restou das armas biológicas e nucleares, acreditando que o presidente iraquiano possa ser capaz de atos de terrorismo e destruição.

3.2.4. Ida de observadores da ONU ao Iraque para supervisão de destruição de armamentos

No que concerne a ida de supervisores selecionados pela ONU, é necessário que se observe a situação de dois pontos de vista: O dos Países signatários favoráveis a tal medida e o do Iraque.

Em primeiro lugar, deve-se reconhecer que tal medida é necessária para representar certa segurança para os países signatários, a favor da invasão do Iraque e do envio de supervisores, tendo em vista a sensação de segurança que é passada para eles. Tal medida também preza por um dos princípios basilares da ONU, que fala sobre a resolução de problemas entre os países sem o uso da violência, mas também pode, em alguns casos restritos de interpretação, interferirem na competência interna de um país.

A questão da soberania deve ser observada durante todo o tempo em um processo deliberativo, principalmente quando é de competência de organismos internacionais intervindo em nações. É de extrema importância que se leve em consideração os poderes que foram investidos para um país, caso contrário, alternativas não agradáveis podem ser tomadas pelas nações que tiveram a soberania violada.

É importante lembrar também o que diz o Capítulo 1º, artigo 2º, §1º e também no que é determinado no artigo 2º do mesmo capítulo na carta da ONU⁴³, que dispõe sobre o princípio de que a organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros, por isso que o respeito de tais limites devem ser respeitados acima de tudo durante qualquer deliberação.

⁴³ Capítulo 1, artigo 2º: Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; Capítulo 1, artigo 2º §1º: A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros.



IV SIMULAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO MÉDIO

4. Perspectivas e objetivos da reunião

Em primeiro lugar, é de extrema importância que se lembre que as Nações Unidas, com todos os seus organismos internos, buscam, em primeiro lugar, pela resolução pacífica dos problemas expostos. Portanto, tal princípio deve ser seguido a risca pelos que representam o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Seguindo tal recomendação, durante esta reunião, em específico, busca-se resolver o problema dos supostos armamentos, que estão dentro do Iraque, evitando ao máximo os conflitos que possam vir a seguir tal situação.

A presença dos supostos armamentos localizados no Iraque, levando em consideração a situação atual dentro do contexto supracitado, é um assunto que concerne a todos os presentes na reunião. Deve-se pensar em toda a opressão sofrida pelo Iraque pelos países ocidentais, e também a ameaça que tais armamentos apresentam para tais países. Não se deve polarizar tal assunto apenas para um lado, mas olhá-lo de cima, de forma que os dois prismas sejam avaliados igualmente.

Portanto, é extremamente maléfico que qualquer situação seja vista por apenas um ponto de vista. Deve-se compreender que os supostos armamentos localizados dentro do Iraque são de extremo potencial destrutivo, e isso pode levar a uma guerra, maior do que a corrente, caso as políticas de contenção Norte Americanas não sejam avaliadas e levadas em consideração, algo que o Iraque se recusa a fazer. O estudo das políticas Iraquianas e Norte Americanas é fundamental para que se entenda o potencial de guerra das armas nucleares em questão.